

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três (11/01/2023), às quatorze horas, realizou-se a décima reunião ordinária, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPcD, biênio 2021/2023, na Câmara Municipal, situado na Rua Antonina Junqueira, nº 195 – 2º Andar - Centro, neste município. Com a presença da presidente Maria de Lourdes Oliveira Juvêncio e dos conselheiros: Talissa Carolina F. Grama Vital, João Pedro dos Santos Ferian, Marli Antônia P. Martelli e Lígia Prado Maringolo. Presentes também Ana Flávia Peres Cunha, Cícera Alexandra A. de Souza, Gilberto Aparecido Pires e Laís Cristine S. Curtio da Secretaria Executiva dos Conselhos. Justificaram ausência os conselheiros: Beatriz Borges Caetano, Ricardo Herrera Felipe, Wallace Celso Ferreira Wanderley e Bruno Dias Bocchi. A Presidente iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos e ato continuo leu os ofícios recebidos substituindo os conselheiros da AVAPED e das Residências Inclusivas, disse que será enviado o regimento interno e o plano de trabalho para conhecimento de todos. Após passou a palavra a Cícera para que se apresentasse, e ela começa dizendo que é a nova assistente social da AVAPED e que está feliz com o novo desafio e que a instituição tem nova diretoria e apresenta o Sr. Gilberto que também faz parte da diretoria recém eleita e tem o cargo de tesoureiro. Gilberto na sua apresentação ressalta a importância da nova diretoria, pois a instituição estava prestes a ser fechada. Informa que deixou a aposentadoria para assumir esse desafio, e finaliza convidando a todos para visitar a instituição. A nova conselheira Lígia das residências inclusivas também se apresenta, ela é Terapeuta Ocupacional e desenvolve o trabalho nas duas casas. Ao saber da possibilidade de fechamento da AVAPED a presidente ressalta a necessidade de envolvimento de todos na preservação e continuidade dos trabalhos da instituição, que já existe há anos na cidade e muitas pessoas com deficiência utilizam de seus serviços, comenta ainda que após um curso de capacitação para conselheiros que fez em São Paulo em 2019, tem um olhar diferenciado sobre as famílias e a necessidade dessas instituições, pois durante o curso viu mães carregarem filhos que tem o dobro de seu peso e esse lhe parecia leve, pois se superam para dar a dignidade de vida aos seus filhos. A presidente se coloca disposição para auxiliar no que for preciso na AVAPED,

dizendo da importância da parceria conselho e instituições, não podendo ficar restrita somente às visitas de fiscalização que são atos obrigatórios do conselho. Complementa dizendo que se tornou parceria das Residências inclusivas após as visitas de fiscalização, e espera poder desenvolver o mesmo tipo de parceria com a AVAPED. Sobre o censo foi dito que esse deveria esperar para ver se o censo do IBGE que está para ser finalizado traria as informações necessárias e tão esperadas para amparar a formulação das políticas públicas municipais, a conselheira Ana Flávia levantou o fato de que no questionário que ela respondeu não havia nenhuma pergunta relativa à pessoas com deficiência, e foi levantado que existem dois formulários do IBGE um curto e outro mais completo, o que suscitou mais dúvidas se será possível utilizar essas informações e como dito acima o CMDPcD está esperando a realização do censo de seu público alvo desde 2019, será muito frustrante se não for possível qualquer tipo de levantamento nesse sentido, sendo certo que são os dados do IBGE os responsáveis pela formulação de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Cicera informa que a AVAPED vai fazer um levantamento de seus usuários e isso pode ajudar e muito o conselho, pois o que se sabe é que existem cadastrados por volta de 900 pessoas, é preciso verificar se isso procede. A conselheira Ana Flávia fez alguns questionamentos aos membros da AVAPED sobre o transporte, pois saiu no jornal a compra de uma van adaptada, Cicera informou que estão sem transporte próprio e os PCds estão usando o transporte do departamento de saúde, ao que a presidente se posiciona contra, pois o transporte da saúde, é responsável por levar os pacientes que necessitam de tratamento em outras cidades, e lá esperam para retornar, e é sabido que os PCds, tem tratamento de fisioterapia, consultas médicas, atividades físicas diárias e que a interrupção é totalmente prejudicial para eles, havendo às vezes regressão no quadro geral por uma falta que seja. Foi conversado também que tem PCds obesos que precisam do guindaste para transporte e na saúde isso não é possível, ou seja, passar o transporte para a saúde sem uma reunião, ou informe aos usuários do serviço foi um erro que necessita de urgente correção. A conselheira Marli representante da APAE levantou a questão das doações, pois muitas vezes as pessoas doam o que não querem mais nas suas casas, mas que não estão em condições de uso e a instituição não pode

recusar, porque o tal doador se ofende e além de falar da instituição ainda suscita dúvidas sobre a necessidade de doação das instituições que tanto precisam de ajuda e participação da comunidade para inclusão de seus alunos e usuários. A conselheira Ana Flávia cita ainda a falta do leite específico que sua irmã toma, do alto custo dos produtos e da falta de condições financeiras para manutenção de uma pessoa com deficiência e a ineficácia do sistema. Nesse quesito o conselheiro Gilberto fala da importância da fiscalização, para utilização dos recursos públicos, e pede ajuda para erguer a AVAPED. A presidente cita a importância e necessidade de fortalecer o vínculo das instituições que atendem os PCds, com a comunidade conscientizando da necessidade da inclusão que se dá de maneira geral, não só para cumprir as determinações legais. Diz que a seu ver tem que ser realizadas campanhas, palestras, uso das redes sociais e mídias digitais para incluir. A conselheira Ligia fala da necessidade da comunicação pelas redes sociais e portais oficiais que regulam as comunicações da administração pública ser mais eficientes, pois para participar de qualquer evento os PCds precisam de suas famílias, de transporte e de toda uma logística que quem não tem deficiência não pensa na hora da divulgação e isso às vezes impede as pessoas de comparecer em eventos que são relevantes para seu conhecimento, pertencimento e inclusão na vida em sociedade, que é o que se tenta fomentar, dar autonomia para que eles se sintam vistos, representados e participantes da vida em sociedade como manda a lei. E que a divulgação como está sendo feita pelo departamento de comunicação da prefeitura tem que ser revisto, dois ou três dias apenas não são suficientes. Cícera se coloca à disposição para ajudar no que for preciso e solicita que não desacreditem da nova diretoria. A presidente diz que a instituição tem o apoio do CMDPCD e que as instituições que compõe o conselho são parceiras e podem contar com ele sempre. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual eu, Maria de Lourdes Oliveira Juvêncio, Presidente deste Conselho, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim.



MARIA DE LOURDES OLIVEIRA JUVÊNCIO
Presidente do CMDPCD